

CARTA CIRCULAR 24

Prot. N. 00373/05

“VAI DIZER AOS MEUS IRMÃOS...”

(Jo 20,17)

“Opções corajosas por um mundo mais fraterno”

(VII CPO 6)

(Quarta parte de uma série)

*A todos os irmãos e a todas as
irmãs
da Ordem*

Queridos irmãos e queridas irmãs,

“O primogênito numa multidão de irmãos...”

(Rm 8,29)

- 1.1 Devemos compreender que é natural ser ‘filho’ ou ‘filha’ em vez de ser ‘irmão’ ou ‘irmã’. Devido às dimensões sempre menores das famílias, essa é uma coisa que muitas vezes não aprendemos desde pequenos. Jesus era Filho **único**. Não tinha irmãos nem irmãs. Jesus optou por fazer-se irmão de todos e por fazer de todos seus irmãos e suas irmãs: *“Jesus... que desejou conduzir muitos filhos à glória... não se envergonha de os chamar irmãos”* (Hb 2,10-11).
- 1.2 A fraternidade universal é a mudança radical que tem como causa a encarnação de Jesus que reconcilia, evidente sobretudo na sua morte. Esse aspecto é sublinhado especialmente pelo Evangelho de João. Durante a Última Ceia Jesus nos chama amigos: *“Já não vos chamo servos... chamo-vos amigos”* (Jo 15,15). Depois da cruz nos chama irmãos: *“Vai dizer aos meus irmãos: subo para junto do meu Pai e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus”* (Jo 20,17). A cruz ensinou a Francisco que a onipotência de Deus se revela na capacidade de amar para além da compreensão humana: *“Trema diante dele a terra inteira, disse entre as nações que o Senhor reinou da cruz”* (OP Vésperas, 9). Jesus ressuscitado estende o seu amor que reconcilia e que cura aos seus seguidores que o renegaram e abandonaram: os discípulos de Emaús que iam embora: *“Será que o Cristo não devia sofrer tudo isso para entrar na sua glória?”* (Lc 24,26); Tomé que duvida: *“Põe o teu dedo aqui e olha as minhas mãos. Estende a tua mão e coloca-a no meu lado. E não sejas incrédulo, mas fiel”* (Jo 20,27); os pescadores desanimados do Lago de Tiberíades: *“Lançai a rede à direita da barca, e achareis”* (Jo 21,6); Pedro arrependido: *“Simão, filho de João, tu me amas mais do que estes?”* (Jo 21,15).

- 1.3 O Amor crucificado, um amor que ultrapassa toda a compreensão humana, foi o centro da experiência religiosa de Francisco que “encontrou... o Deus-Homem, no Crucificado de São Damião, passando porém através do leproso” (VII CPO 3). A compaixão é o fio que une a sua experiência com os leprosos, “*e fiz misericórdia com eles*” (Test 2), e o Crucifixo de São Damião: “*Desde então, grava-se na sua santa alma a compaixão do Crucificado...*” (2Cel VI, 10,8). “Comovido intimamente pela compaixão de Deus por nós..., (Francisco) fez-se menor entre os menores... a fim de testemunhar a todos o Crucificado que Ressuscitou” (VII CPO 2). Seguindo Jesus, Francisco *escolheu* ser irmão de todos e fazer de todos seus irmãos e suas irmãs: “Ele... chamou-se sempre ‘Frei Francisco’... Ser ‘irmão’ revela... a sua missão de sanar as relações com dócil humildade” (VII CPO 1c). O efeito foi dramático: “*A palavra dele era como fogo ardente que penetrava o mais íntimo do coração*” (1Cel X, 23,2). Em Celano, a primitiva fraternidade franciscana é “*legação da paz (mensagem de paz)*” (1Cel X, 24,2). “Opções corajosas de minoridade... redimiram e reconstituíram radicalmente as suas (de Francisco) relações... A minoridade franciscana exige hoje opções” igualmente “*corajosas por um mundo mais fraterno*” (VII CPO 6).

“Relações centradas nos outros”

VII CPO 6

- 2.1 Para a nossa fé trinitária ser pessoa significa estar em relação: “O nosso Deus Trinitário é por natureza relação, ou seja,... comunhão de Pessoas” (VII CPO 1a). E, crescendo como pessoas, nós passamos da individualidade à relação: “*O bem-aventurado Francisco... desde os anos de sua infância foi educado para ser prepotente*” (Fontes Franciscani, p. 427). A sua conversão consistiu na passagem da individualidade centrada em si mesmo à vida centrada nos outros: “O encontro com aquele homem (o leproso), abandonado e excluído da sociedade e do sistema do seu tempo, fez com que (Francisco) ‘saísse do século’ e mudasse a sua condição social... fez-se ‘menor’” (VII CPO 3). Tornou-se ‘pessoa’!
- 2.2 O influxo secularizador do nosso mundo ocidental se concentra sobre o ‘Eu’ mais como indivíduo que como pessoa. Ser livre significa ser autônomo, independente, capaz de decidir o próprio futuro sem opiniões externas. É um mundo de extremo individualismo, “a tirania do indivíduo autônomo” caracterizado pelo domínio e pela violência de muitos tipos:

“iníqua concentração da renda...; arrogância; preocupação narcisista de realização própria; poderes usados em vantagem própria que marginalizam os pobres e destroem o ambiente; relações marcadas pelo domínio e pela estratificação social; etnocentrismo e intolerância religiosa; uma cultura que busca mudanças mediante a violência” (VII CPO 6).

“A pobreza, a minoridade e a itinerância... são liberdade franciscana” (VII CPO 4). Feitos à imagem do nosso Deus relacional, nós aspiramos ardentemente essa liberdade que se encontra somente numa “comunhão de pessoas sem dominação ou subordinação” (VII CPO 1a). Podemos constatar esse ardente desejo de liberdade na oração de Francisco diante do Crucifixo:

“Altíssimo, glorioso Deus, ilumina as trevas do meu coração, dai-me uma fé reta, uma esperança certa e caridade perfeita, sensibilidade e conhecimento, ó Senhor, a fim de que eu cumpra o vosso santo e veraz mandamento” (OC).

A liberdade se encontra no viver “*o vosso santo e veraz mandamento*”, isto é: “*amai-vos uns aos outros como eu vos amei*” (Jo 13,34). “A pobreza, a minoridade e a itinerância, fraternamente estruturadas” *‘iluminam’* e purificam os corações de tudo o que impede a relação: “... dos efeitos do pecado estrutural, das forças interiores incoerentes, das manipulações de outros interesses de poder, da incapacidade de superar fronteiras e de tradições anacrônicas que nos escravizam...” (VII CPO 4).

À semelhança de Francisco que reza diante da imagem do Crucificado, também nós queremos ter um coração purificado daquilo que impede a construção de relações fraternas, ou seja, o caminho rumo à liberdade. Nós procuramos para a nossa própria vida e para as nossas fraternidades aquela liberdade grande e aberta alcançada por Francisco que “abraçou o plano de Deus para as suas criaturas como uma família de irmãs e de irmãos” (VII CPO 1c).

“Uma ética de justiça baseada no fato de sermos todos irmãos e irmãs”
VII CPO 6

3.1 Essa liberdade constrói a justiça. O Conselho Plenário cita a experiência fundante da conversão de Francisco como a base da espiritualidade franciscana da justiça: “Conduzido por Jesus, Francisco chegou a abraçar o irmão numa relação que transformou o que era amargo em ‘doçura da alma e do corpo’ (Test 3). ***Francisco se empenhou por um novo mundo de relações redimidas***” (VII CPO 46). A justiça franciscana é experiencial, concebida para ser vivida na estrada. Por isso a proposição citada aponta uma ‘ética’ ou ‘práxis’ que edifica a justiça sanando as relações despedaçadas com as seguintes indicações:

- “visar sobretudo a reconciliação (cf. V CPO 86);
- procurar alcançar a compreensão recíproca e favorecer a empatia entre as partes em conflito;
- permitir a cada parte a expressão da própria experiência no âmbito de um conflito;
- ter presente, no conflito, as legítimas necessidades de todas as partes;
- viver entre nós um modelo de solidariedade que garanta segurança a todo o frade e que possa oferecer também ao mundo um exemplo de solidariedade;
- superar as divisões étnicas, lingüísticas e nacionais;
- ser uma voz com os que não têm voz;
- ao propor soluções, estar atentos às repercussões que as mesmas têm sobre a nossa irmã, a Mãe Terra;
- saber denunciar as políticas e as práticas injustas.”

O dever de “denunciar as políticas e as práticas injustas” é ***a última*** das nove ações enumeradas em favor da justiça. A ação pela justiça baseada mais no triunfo dos direitos individuais do que na vontade de sanar as relações, cede aqui o primeiro lugar à denúncia! A proposição apresenta ainda essa prática da justiça como “***nossa vocação específica***”. Os franciscanos devem ser especialistas na prática da reconciliação (cf. V CPO 86).

3.2 Os participantes do Conselho Plenário ficaram impressionados e confusos ouvindo o testemunho do nosso confrade (agora bispo) Ambongo Besungu do Congo, que falou da miséria dos cortiços (e favelas) das cidades do nosso mundo, uma miséria que gera uma violência tal que faz com que até o senso moral de base seja esquecido (cf. VII CPO 48). Num mundo onde o poder se auto-alimenta e tende a se perpetuar, nós não podemos nos

empenhar num autêntico trabalho pela justiça fundada na reconciliação se não renovarmos o nosso contato vital com as vítimas desse mesmo poder. A minoridade de Francisco teve sua origem no abraço de um leproso e no seu migrar rumo às margens pobres e violentas do mundo fora de Assis (cf. VII CPO 3). Para poder construir a justiça, nós devemos renovar a nossa presença entre os pobres.

3.3 O Conselho Plenário convida a Ordem a “caminhar rumo às pobreza... uma orientação que pode gerar uma vida nova” (VII CPO 49). E propõe dois passos concretos:

- a) “Uma mudança de lugar físico... rumo à periferia da sociedade com um estilo simples e pobre” (VII CPO 49). Existem propostas segundo as quais cada circunscrição deveria ter ao menos uma fraternidade entre os pobres (VII CPO 49 e 27). Se devemos ser irmãos dos pobres, devemos estar presentes entre eles.
- b) “Uma mudança sociológica, que exigiria viver ali não só para acolher os pobres, mas também desejando ser acolhidos por eles” (VII CPO 49). Encontramos diversas indicações que têm o objetivo de tornar a nossa Ordem mais acessível aos pobres:
 - “Fazer um discernimento sério sobre a minoridade das nossas estruturas... que deverão ser simples, flexíveis, de volume moderado, longe do domínio, do dinheiro e do prestígio” (VII CPO 27).
 - “A opção de abandonar os postos de poder corroborados e garantidos para escolher os mais acessíveis à gente comum e aos mais pobres” (VII CPO 25).
 - “Uma sincera revisão do nosso estilo de vida ...” (VII CPO 26).
 - Para completar a formação inicial, desenvolver algum “serviço numa circunscrição diferente daquela à qual pertence, especialmente nas circunscrições pobres” (VII CPO, 29).
 - Para a formação permanente: “periodicamente... modalidades de serviço aos sofredores, de partilha de vida com os marginalizados” (VII CPO 30).

3.4 O Conselho Plenário não propõe nada de particularmente dramático, mas propõe sim um caminho guiado pelo amor de Deus e pela paciência. Durante a Missa de abertura do seu pontificado, o Papa Bento pronunciou estas palavras: “Nós sofremos por causa da paciência de Deus. Contudo, todos temos necessidade de sua paciência. O Deus que se tornou cordeiro nos diz que o mundo é salvo pelo Crucificado e não pelos crucificadores. O mundo é redimido pela paciência de Deus e destruído pela impaciência dos homens”. Seguindo esse caminho evangélico, cada passo, mesmo fraco, pode conduzir gradualmente a Ordem a uma maior identificação ou àquilo que a proposição diz, a um “batismo dos pobres”, semelhante ao “que Francisco recebeu quando abraçou o leproso” (VII CPO 49).

“Um novo empenho pelo diálogo segundo o espírito de Francisco”
(VII CPO 6)

4.1 “Façamos um esforço concreto para incluir os outros a fim de impedir que o etnocentrismo crie raízes nas nossas fraternidades” (VII CPO 10). Vivendo uma vocação baseada numa espiritualidade que se estende a todo o mundo, parte de uma das famílias religiosas étnica e racialmente mais diversificadas da Igreja, a Ordem Capuchinha tem uma vocação especial de testemunhar o poder do Evangelho a reconciliar as divisões étnicas e raciais. Como já tratei recentemente desse tema em vista do Encontro Internacional *“Fraternidade Evangélica num Mundo Multiétnico”* (realizado em Adis-Abeba na Etiópia em fevereiro de 2004), não pretendo dizer mais. Contudo, as várias conferências e a “Carta de Adis-Abeba” escrita como conclusão do

encontro, oferecem linhas diretivas práticas para ajudar as nossas fraternidades em todo o mundo.

- 4.2 “Encorajamos os nossos irmãos que vivem em países onde o cristianismo é uma pequena minoria a continuarem a testemunhar o Evangelho ... pelo exemplo e pela palavra, num espírito de minoridade semelhante ao de São Francisco diante do Sultão” (VII CPO 16). Em fevereiro de 2005, aconteceu um outro Encontro Internacional Capuchinho com o tema “*Artífices da paz pelo diálogo inter-religioso*”, celebrado em Nagahuta, na Indonésia. As várias conferências e a Carta conclusiva oferecem linhas diretivas práticas e sugestões para toda a nossa fraternidade.
- 4.3 “A nossa fraternidade se compromete a apoiar e a sustentar os irmãos, em particular aqueles que vivem em países onde a liberdade religiosa está em risco, onde cresce a intolerância religiosa e se difunde rapidamente o fundamentalismo religioso” (VII CPO 16). O mesmo acompanhamento e apoio são, muitas vezes, necessários nos países que sofrem por divisões étnicas. O encontro entre Francisco e o sultão Melik al-Kamil é o modelo para as nossas relações com outras religiões. Podemos aprender ainda mais a esse propósito estudando o encontro entre Francisco e o lobo de Gúbio, no qual o lobo é o símbolo da intolerância e da indiferença religiosa. Deve-se notar como Francisco não foi sozinho ao encontro do lobo, mas estava acompanhado pelos seus frades (falarei ainda mais de Francisco e do lobo no nº 5.2).

Podemos ajudar os nossos irmãos e as nossas irmãs que se encontram diante do fundamentalismo, da intolerância e da discriminação étnica ou racial, apoiando o trabalho do *‘Franciscans International’*: “Franciscans International (FI) nas Nações Unidas é a nossa organização primordial com a qual deveriam colaborar todas as jurisdições da Ordem” (VII CPO 50). Por meio do FI nos unimos à Família Franciscana inteira. O FI tem ‘status’ oficial como “Organização não Governamental” (ONG) nas Nações Unidas. Não poderia, cada jurisdição, destinar um frade que se familiarizasse com o trabalho do FI e desenvolvesse o papel de pessoa de contato? Os nossos irmãos da América do Norte instituíram um ‘Africa Desk’ na sede central do FI em Nova York para apresentar às Nações Unidas as urgentes necessidades da África e para tornar conhecidos aos nossos irmãos e irmãs africanos os recursos disponíveis em nível internacional para ajudá-los no seu serviço aos pobres. O escritório do FI de Genebra tem um programa de tirocínio para os franciscanos comprometidos na defesa dos direitos humanos. Não poderíamos enviar frades para participar desses cursos de Genebra? Construir a paz e a justiça por meio de relações redimidas significa criar novas relações de justiça. Esse é o objetivo do *‘Franciscans International’*.

“Uma cultura de paz que saiba aceitar também a vulnerabilidade”
(VII CPO 6)

- 5.1 Fomos testemunhas da “*confiante opção pela vulnerabilidade*” quando, dia após dia, seguimos e acompanhamos a lenta agonia do Papa João Paulo II. A sua morte foi uma proclamação da santidade da vida. Ele, cujo serviço como Papa foi caracterizado por um constante voltar-se para os outros, agradecia humildemente os que tinham vindo para participar do momento de sua morte. Poderosos do mundo, que em outras circunstâncias ter-se-iam negado a estarem fisicamente tão próximos, encontraram-se juntos ao redor do simples caixão do homem que morreu sem posse material de algum tipo.
- 5.2 “Um traço específico da minoridade de Francisco está na capacidade que o santo de Assis tinha de saber ver além das feridas, dos limites e dos pecados dos homens,

colhendo em todos a presença de Deus” (VII CPO 43). Essa é uma dimensão essencial do seu ministério de paz. E é muito bem ilustrada pela lenda do lobo de Gúbio. Francisco diz a verdade ao lobo, afirmando que a sua ferocidade e a sua violência matam “*as criaturas de Deus*” e “*os homens feitos à imagem de Deus*” (Fior 21). Apesar disso, porém, Francisco é capaz de ver para além da ferocidade e da violência do lobo, e se dirige a ele com cortesia, chamando-o ‘irmão’ lobo. Francisco diz a verdade à gente de Gúbio, pedindo que perdoem, e sugerindo que o clima social da cidade contribuiu para a violenta reação do lobo. Nós, da mesma forma, “devemos construir pontes e encontrar caminhos... As nossas fraternidades deveriam ser focos de paz e de reconciliação para os ambientes que nos circundam” (VII CPO 42).

“Uma economia fraterna onde quer que vivamos ou trabalhemos”

VII CPO 6

- 6.1 O VI CPO tratou pouco da austeridade porque os aspectos ascéticos da austeridade estão bem descritos nas Constituições de 1982. O VI CPO tinha a atenção centrada num outro ponto: “aprofundar o significado da ‘**nossa pobreza evangélica em fraternidade**’, ou seja, do ponto de vista comunitário, institucional e estrutural” (VI CPO 4). O ponto de partida foi não o que Francisco fez, mas o que Francisco *intuía*:

“Para Francisco a avidez e a avareza rompem as relações com Deus enquanto a ambição e a concorrência prejudicam o sentido de fraternidade entre as pessoas. Para poder viver plenamente o ideal evangélico de amor e de fraternidade, ele adotou uma forma de vida, com seus primeiros companheiros, que implicava corajosas decisões de pobreza” (VI CPO 6).

A expressão ‘economia fraterna’ não aparece nas proposições do VI CPO; ela surgiu das reflexões posteriores ao Conselho Plenário. Uma ‘economia fraterna’ dá prioridade à comunhão ao invés de acumular riquezas e protegê-las. A ‘*economia fraterna*’ inclui quatro opções de princípio delineadas pelo VI CPO: *transparência, participação, equidade* e *solidariedade*. Não vou falar dessas opções visto que já foram descritas em outras cartas circulares (Circulares 14-17). O VII CPO acrescenta um quinto elemento da economia fraterna: *a austeridade*. Gostaria de falar agora exatamente da função da austeridade na economia fraterna.

- 6.2 “Todas as fraternidades se empenhem numa sincera revisão do nosso estilo de vida apostando numa efetiva solidariedade, evitando desperdícios inúteis, exagerado uso de carros e outros meios da tecnologia moderna” (VII CPO 26). Nessa proposição a austeridade é algo mais que um valor ascético: ela se interpõe entre a solidariedade e a equidade. O uso dos modernos meios da tecnologia varia grandemente no mundo. Pensem nos meios que se tornaram ordinários e necessários na nossa vida durante os últimos dez anos: telefones celulares, Internet, computadores e muitos outros mecanismos eletrônicos. A possibilidade de acesso aos modernos meios da tecnologia é uma das maiores causas de desigualdade no nosso mundo. A equidade requer que a economia fraterna coloque à disposição todo o necessário segundo as distintas necessidades de cada irmão. A solidariedade requer que a economia fraterna partilhe os recursos entre os frades e as fraternidades. Num mundo progressivamente sempre mais controlado pela ‘proliferação do desejo’, uma economia sem austeridade não deixa nada para a solidariedade: “A comercialização e a propaganda anulam a distinção entre necessidade e superfluidade. A satisfação das necessidades e dos desejos se projeta ao infinito. O consumidor é ‘educado’ a ultrapassar a própria satisfação e a desejar uma

série infinita de bens, de produtos e de serviços”.¹ A equidade sem a austeridade não deixa nada para a solidariedade! A austeridade é elemento constitutivo de uma economia autenticamente ‘fraterna’.

- 6.3 A austeridade radica a economia fraterna entre os pobres. Uma economia fraterna não ofende os pobres. “Perguntemo-nos se de fato quanto nós possuímos seja essencial à missão que deriva do nosso carisma” (VII CPO 26).
- 6.4 Uma economia austera respeita o meio ambiente: “Nós capuchinhos também somos responsáveis pelas várias formas de destruição do nosso planeta (por exemplo: a poluição e a exploração excessiva dos recursos)” (VII CPO 52). “Para combater o consumismo... procuremos usar com critério e, preferivelmente, evitar objetos de consumo que sejam sinais de poder, de ostentação e de auto-exaltação” (VII CPO 53).

Construir a solidariedade com os pobres e entre os pobres

- 7.1 O VI CPO (Prop. 24) formulou oito princípios que constituem o fundamento da solidariedade econômica internacional na Ordem. Esses princípios criaram também novos laços de solidariedade entre as fraternidades de cada província. O VII CPO (Prop. 51) estende a economia fraterna aos nossos serviços, particularmente àqueles entre os pobres: “As nossas obras de desenvolvimento e de transformação social deveriam constituir também na sociedade uma realidade de economia fraterna”.
- 7.2 Os pobres são as primeiras vítimas da economia global fundada numa desenfreada concorrência e concentração das riquezas. Tal economia mantém os pobres numa condição de dependência perpétua que os priva de qualquer esperança: “as ajudas dirigidas aos pobres tenham o objetivo de promover o encontro das pessoas que estão em necessidade e as pessoas que têm recursos” (VII CPO 51). A dependência mútua cria a fraternidade do Reino. A fraternidade capuchinha deve constituir um mútuo ponto de referência criando confiança e fraternidade entre os pobres e os que têm bens. Esse é um dos motivos pelos quais “a assistência não deveria passar de indivíduo a indivíduo, mas ser sempre exercitada mediante a fraternidade” (ib.).
- 7.3 A economia fraterna, claramente manifestada pelo trabalho de ajuda direta dos capuchinhos, deveria ***unir os pobres com os pobres***. Vemos essa realidade ilustrada no encontro entre o profeta Elias e a viúva de Sarepta (cf. 1Rs 17,8-24). A viúva tinha ficado apenas com um punhado de farinha, suficiente só “*para mim e meu filho: para comermos e depois esperar a morte*”. Elias faz um pedido que parece ser egoísta e inacreditável: “... *primeiro, prepara-me com isso um pãozinho, e traze-o. Depois farás o mesmo para ti e teu filho*” (1Rs 17,12-13). A viúva e o filho encontram a salvação aceitando serem solidários com uma pessoa: “*A farinha da vasilha não acabou nem diminuiu o óleo da jarra*” (1Rs 17,16). A solidariedade entre os pobres, suscitada por nossos compromissos de desenvolvimento, pode ajudar mais na transformação de suas vidas do que o dinheiro que possamos dar. Podemos desenvolver a solidariedade entre os pobres envolvendo-os numa economia fundada sobre os mesmos princípios da fraternidade: transparência, participação, equidade e solidariedade. Se esses princípios fraternos não se fizerem presentes nos compromissos sociais, eles podem criar concorrência destrutiva entre os pobres, porque cada indivíduo e cada família procurará

¹ David B. Couturier, OFMCap, *Formation for the Fraternal Economy in the Capuchin Franciscan Order: A Psychological Analysis*. Dissertação de doutorado (2005) não publicada, p. 93.

levar vantagem sem se interessar pelos outros. Esse perigo está presente principalmente nos países mais pobres com escassez crônica de recursos econômicos. Um desenvolvimento econômico que nasce de uma economia ávida e de concorrência divide os pobres e fracassa miseravelmente na tentativa de mudar a sua condição. Nós devemos colocar em ação valores diferentes.

- 7.4 Jesus é o nosso Salvador! As nossas obras de desenvolvimento social não passam de sinais do seu amor misericordioso. Por esse motivo, o Conselho Plenário sugere que “se dê preferência àqueles compromissos onde os próprios frades servem diretamente os pobres” (VII CPO 51). E mais: não deve existir competição entre os serviços sociais dos frades, competição que leva cada um a querer amontoar a maior quantidade possível de recursos. Seguindo o princípio que a assistência deveria sempre ser dada através da fraternidade, a fraternidade provincial deveria guiar e coordenar os serviços sociais da província. Antes, “no momento em que os programas de desenvolvimento social e de ajuda direta patrocinados pela Ordem puderem ser desenvolvidos melhor por outros grupos, procure-se passá-los aos mesmos” (ib.).
- 7.5 Um outro importante princípio é absolutamente claro e não tem necessidade de comentários: “Como essas obras pressupõem, tantas vezes, o exercício de um grande poder, nenhum frade deveria ficar muito tempo numa posição de liderança ou de controle. Caso contrário, se arrisca a abusar do poder e a desenvolver hábitos não conformes à nossa vida de minoridade. A norma de permanência de um frade em tais encargos poderia ser semelhante à de um ministro provincial, não passando de seis anos consecutivos” (ib.).

Conclusão

- 8.1 Quando o VII Conselho Plenário (Prop. 6) falou de “opções corajosas por um mundo mais fraterno” não pretendeu dar uma lista exaustiva! Quanto menos esta Carta pretende descrever de forma exaustiva as opções que nós devemos fazer. Existem inumeráveis “opções corajosas” que podem edificar a fraternidade do Reino. Não poderia, cada fraternidade da Ordem, refletir sobre esses particulares desafios no capítulo local e, cada circunscrição, refletir nas assembleias regionais? O ‘site’ da Ordem constitui-se numa possibilidade extraordinária para partilhar com todos os irmãos os resultados dessas reflexões.
- 8.2 “Voltemos o olhar à ‘Virgem feita Igreja’ (cf. SMD 1) e aprendamos dela o espírito de humildade para viver com fidelidade e perseverança a nossa vocação e missão na Igreja para o mundo” (VII CPO 2c). A tradição nos ensina que a Igreja nasceu na cruz do lado aberto de Jesus, do qual jorrou sangue e água. Maria levou à perfeição a sua vocação como ‘*Virgem feita Igreja*’ nesse mesmo mistério da cruz. “*Mulher, este é o teu filho*” (Jo 19,26). Naquele mesmo momento Maria não aceitou somente o discípulo amado, mas também toda a humanidade no abraço da maternidade, inclusive os que estavam crucificando seu Filho. A ela não foi dada a graça do túmulo vazio, da ressurreição! Foi chamada a perdoar como Jesus perdoava com um amor que vai além da compreensão humana. Aos pés da cruz Maria torna-se plenamente ‘*Virgem feita Igreja*’. Depois de Jesus ter dito a João: “*Esta é a tua mãe*”, o Evangelho acrescenta imediatamente: “*Daquela hora em diante, o discípulo a acolheu consigo*” (Jo 19,27). O Evangelho de João não traz resposta alguma de Maria. Da mesma forma que Jesus escolheu fazer-nos seus irmãos e suas irmãs, Maria escolheu fazer-nos suas filhas e seus filhos. Não foi uma opção fácil. Dirijamos o olhar à ‘*Virgem feita Igreja*’ para encontrar a fé, o amor e

a coragem para assumir aquelas opções de minoridade que construirão um mundo mais fraterno.

Fraternalmente,

Frei John Corriveau,
Ministro Geral – OFMCap.

22 de maio de 2005,
Festa da Santíssima Trindade.